

PROCURAÇÃO "AD-JUDÍCIA ET EXTRA"

Outorgante: EDMOR VICENTE DE OLIVEIRA
nacionalidade: _____, profissão _____
estado civil: solteiro, CPF nº 2.551.536.15, carteira
de identidade nº _____, endereço: AV. M. do Lima,
MOEDA DMOA 15
Cidade: MORI, Estado: PE

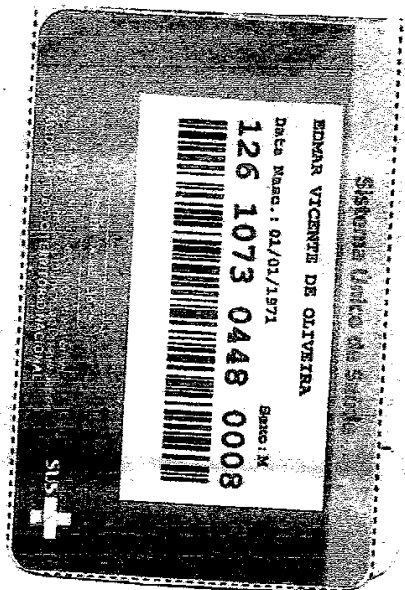
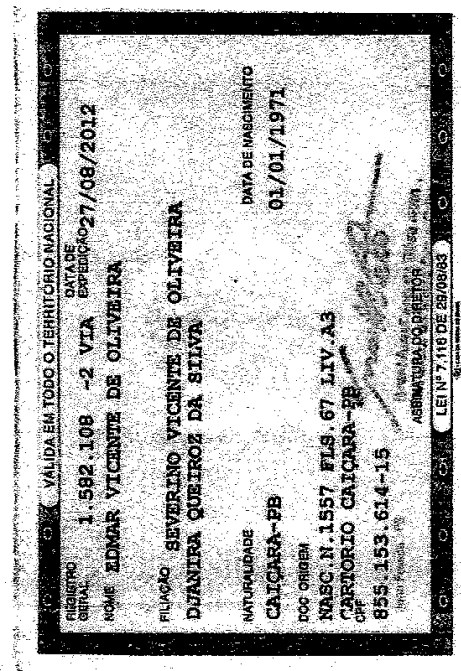
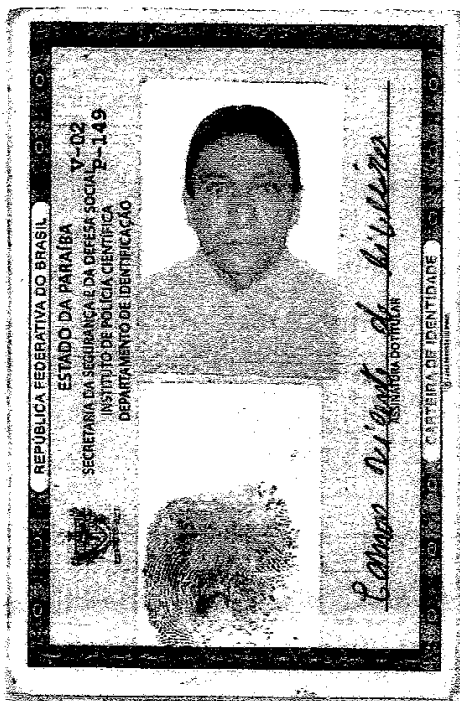
OUTORGADA: A advogada JOSEANE FELICIANO, OAB/PB 13.030, com endereço profissional na Av. Camilo de Holanda, 475, Sala 102, Centro, João Pessoa, Paraíba.

PODERES: Amplos e ilimitados para o foro em geral, com cláusula "ad-judícia et extra", na instância administrativa e/ou judicial, podendo propor contra quem de direito, a competente ação, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para requerer e receber laudos e prontuários junto ao Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena e/ou Trauminha transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em Juízo ou fora dele, dando tudo por bom, firme e valioso.

MORI, PB, 07 de JANUÁRIO de 2018

Edmor Vicente de Oliveira
OUTORGANTE





EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA
RUA ANZIO MARTINS DE LIMA, 15 - MARIA DO AMOR
MARI/PB CEP: 58345000 (AG. 51)

Emissão: 19/12/2017 Referência: Dez/2017

Classificação: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP: 58071-690
Roteiro: 11-52-325-4540 Nº medidor: 0008079800



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Cód. para DTP Automática: 00011994977

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 0008079800

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a: Apresentação: Data prevista da próxima leitura: CPF/CNPJ/RANI:
Dez/2017 19/12/2017 18/01/2018 85515361415

UC (Unidade Consumidora): 5/1199497-7

Canal de contato

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE (regra pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002).
Diversão com segurança e o que as crianças devem aprender.
Nunca brinque com os fios da rede elétrica e não as
retire caso fiquem presas na rede. E não de usar fios
metálicos para emendar fios. Com segurança, não se brinca.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
21/11/17	10500	19/12/17	10635	
Demonstrativo				
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Cálculo
0801	Consumo até 30kWh-BR	30.000	0,247580	7.42
0801	Consumo - 31 a 100kWh-BR	70.000	0,244410	28,70
0801	Consumo - 101 a 220kWh-BR	35.000	0,336600	22,28
0801	Adic. B. Vermelho			4,44
0810	Subsídio			46,85
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0804	JUROS DE MORA 11/2017			0,24
0805	MULTA 11/2017			2,09
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 11/2017			0,12
0805	Reversão Subsídio			27,07

CCCL Códigos de Classificação do Item	TOTAL	79,16	104,69	28,26	104,69	0,84	3,90
Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR					
165	27/12/2017	R\$ 79,16					

Histórico de Consumo (kWh)											
103	139	121	160	150	177	163	197	218	159	172	151
Nov/17	Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Ma/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16

RESERVADO AO FISCO
8eda.00f1.460c.0314.524b.f34b.3081.ac26.

Indicadores de Qualidade (01/2017 - 6/2017)			Composição do Consumo		
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIMENSIONAL	3,67	0,00	Serviços de Dist. de Energia PB	15,78	19,83
DIMENSIONAL	13,74	0,00	Compra de Energia	21,15	26,72
DIMENSIONAL	27,48	0,00	Serviço de Transmissão	2,42	3,06
DIMENSIONAL	3,48	0,00	Encargos Setoriais	4,37	5,52
DIMENSIONAL	8,91	0,00	Impostos: Diários e Encargos	35,44	44,77
DIMENSIONAL	13,05	0,00	Outros Serviços	0,00	0,00
DIMENSIONAL	9,97	0,00	Total	79,16	100,00
DIMENSIONAL	12,22				

ATENÇÃO
Sua unidade foi faturada com Base Renda, tendo um desconto de R\$ 27,07

Faturas em atraso		
PARAIBA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
Roteiro: 11-52-325-4540	27/12/2017	R\$ 79,16
Matrícula: 1199497-2017-12-4		

83610000000-6 79160054000-3 11994972017-9 12400052019-5



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
08/01/2018 - Autoatendimento - 14:24:13
227573022 1534

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE DEPOSITO EM POUPANCA - DINHEIRO

FAVORECIDO: EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA
AGENCIA: 2275-6
CONTA: 18.614-7
VARIACAO: 51
VALOR *: 100,00
NR. ENVELOPE: 2.159.063.623

* Acolhido em: 08/01/2018, na Agência 2275-6.

DECLARO-ME CIENTE E DE ACORDO QUE OS
CREDITOS EM POUPANCA EFETUADOS A PARTIR
DE 04/05/2012 ESTAO DISCIPLINADOS
PELA MEDIDA PROVISORIA 567/2012.

*VALOR SUJEITO A CONFERENCIA

Depositos realizados durante o expediente
bancario serao conferidos e processados
ate as 23h59 do mesmo dia. Apos o expediente
bancario, aos sabados, domingos e feriados,
ate as 23h59 do primeiro dia util subsequente.

Se houver divergencia no valor depositado,
o envelope sera processado pelo valor
apurado. Envelopes vazios nao serao abertos
e permanecerao disponiveis por 60 dias na
agencia onde foi depositado, para visualizacao.

Acompanhe o processamento do seu deposito nos
canais BB na opcao "Consulta Envelope":
Aplicativo BB / www.bb.com.br / Caixa Eletronica
Central de atendimento BB: 4003-0148
(capitais e regioes metropolitanas)
ou 0800-729-0148 (demais localidades).

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informacoes.



Rio de Janeiro, 29 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA

Nº Sinistro: 3180277827

Vítima: EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 28/11/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180277827**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **28/11/2016**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site www.seguradoralider.com.br, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00719/00720 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13029282





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SAPÉ
Rua Osvaldo Pessoa, nº 81, Centro, CEP 58.340-000.
Telefone: (83) 3283-5949

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE MOTO

REGISTRO DE OCORRÊNCIA nº 1880/2016

Aos (09) nove dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e dezesseis, nesta cidade de Sapé/PB, e nesta Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade da Delegada de Polícia Civil, **FREDERICO CLAUDIO DE MELO MAGALHÃES**, juntamente comigo, escrivão de seu cargo, aí por volta das 16:00; compareceu **EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA**, RG: 1.582.108- 2 VIA - SSP/PB, brasileiro, casado, natural de Caçara/PB, nascido em 01/01/71, marceneiro, filho de SEVERINO Vicente de Oliveira e de Djanira Queiroz da Silva, alfabetizado, residente na Rua Anísio Martins de Lima- 83- bairro Maria do Amor Divino- Mari/PB.(Tel. 996954640 Amigo de Igreja).) O QUAL PRESTOU A SEGUINTE OCORRÊNCIA: QUE POR VOLTA DAS 05:30 HORAS, DO DIA 28/11/2016, O DECLARANTE CONDUZIA UMA MOTO DE MARCA HONDA/ CG 125- TITAN- KS- DE PLACA MMW63339816/PB, ANO 2003, DE COR VERMELHA, CHSSSI 9C2JC30103R192823, QUANDO NAS PROXIMIDADES DA PB-073-SAPÉ-PB, UM VEÍCULO BATEU NA TRAZEIRA DO MESMO; QUE, COM O IMPACTO, O DECLARANTE CAIU AO SOLO BATENDO COM A CABEÇA NA PISTA; QUE O DECLARANTE FORA CONDUZIDO PELA AMBULANCIA DA CIDADE DE MARI, PARA O HOSPITAL SÁ ANDRADE NESTA CIDADE E POSTERIORMENTE ENCAMINHADO PARA O HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMAS SENADOR HUMBERTO LUCENA NA CAPITAL; QUE O DECLARANTE NÃO SABE INFORMAR NADA A RESPEITO DO VEÍCULO CAUSADOR. QUE O MESMO SOFRERA LESÕES NA CABEÇA ONDE FORA SUTURADO, CONFORME LAUDO APRESENTADO NESTA DP. ERA O QUE TINHA A DECLARAR. QUE por este motivo, veio a esse Órgão de Polícia registrar o ocorrido para que se tome as devidas providências junto ao Órgão competente. Era o que tinha a declarar. O referido é verdade, dou fé. Ciente o notificante das implicações legais contidas no Artigo 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal, depois de lido e achado conforme subscrevo o presente.

Edmar Vicente de Oliveira
DECLARANTE





LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA
DADOS DE NASCIMENTO 01/01/71
NOME DA MÃE DJANIRA QUEIROZ DA SILVA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 963.971
Nº PRONTUÁRIO 98.975
DATA DO ATENDIMENTO 28/11/16
HORA DO ATENDIMENTO 08:06
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA FRONTAL + FRATURA TEMPORAL D + FRATURA DO COMPLEXO ZIGOMÁTICO D + FRATURA DE VÉRTEBRA TORÁCICA + FRATURAS MÚLTIPLAS DE VÉRTEBRAS LOMBARES (L1-L4)
CID 10 S 02.0 + S 02.1 + S 02.4 + S 22.0 + S 32.7

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta colisão moto x carro), encaminhado do hospital Dr. Sá Andrade de Sapé-PB, apresentando trauma e ferimento corto-contuso em couro cabeludo + edema e equimose periorbital, além de dor em ombro D em região lombar E. Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC do crânio e subsequentes
TC da coluna lombar
TC da coluna dorsal
RX do ombro D - AP
RX do tórax - AP
USG do abdome total - FAST

TRATAMENTO:

Fratura frontal + fratura temporal D + fratura do complexo zigomático D + fratura de vértebra torácica + fraturas múltiplas de vértebras lombares (L1-L4) à TC. Realizado internamento e tratamento conservador aos cuidados da equipe da Neurocirurgia e da BucoMaxiloFacial.

ALTA HOSPITALAR: 07/12/16
DATA DA EMISSÃO: 05/06/18

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA
MÉDICO ORÇHESTR
CRM - 2516

Dr. Ewerton Noronha Teixeira
CRM: 2516/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Poder Judiciário da Paraíba

Vara Única de Mari

Autos de n. 0800814-34.2019.8.15.0611

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Valor da causa: R\$ 13.500,00

DESPACHO

Vistos e etc.

Cuida-se de pedido de concessão de assistência judiciária gratuita formulado pela parte autora, ao argumento de que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira, nem é prova inequívoca, sem contar que é desnecessária ante a possibilidade do próprio advogado afirmar na inicial, desde que tenha poderes para tanto, declarado na procuração.

No entanto, no atual cenário é possível, também a concessão de parcelamento e/ou redução das custas judiciais, a fim de compatibilizar o seu valor com a realidade das partes, desde que comprovada a efetiva hipossuficiência financeira da parte beneficiária em arcar com o pagamento integral, em parcela única (art. 386, §2º, do Provimento CGJ-TJPB n. 49/2019).

Ademais, requer a gratuidade, sem sequer informar o valor das custas, as quais requer a dispensa de pagamento, em outras palavras, o próprio autor não sabe se tem ou não capacidade de pagamento delas. **Informo, inclusive que conforme o Código de Normas Judicial da Corregedoria de Justiça do TJPB "A parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas , ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas"** (art. 386, §3º, do Provimento CGJ-TJPB n. 49/2019).

No caso em apreço, a natureza da lide e a profissão declarada pela parte autora, bem como os valores envolvidos na causa, afastam a presunção relativa da declaração firmada, evidenciando a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício.

Contudo, antes de indeferir o pedido, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.



Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, **INTIME-SE a parte requerente para, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício a guia de custas judicial e documentos capazes de comprovar a hipossuficiência, tais como:** cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, sob pena de indeferimento do pedido.

Tudo, ante a possibilidade de redução ou parcelamento, que podem ser requeridos, nos termos do NCPC.

A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais.

Intime-se.

Após o decurso do prazo assinalado, com ou sem a justificação, retornem os autos conclusos para decisão.

Mari/PB, data e assinatura digitais.

Lessandra Nara Torres Silva
Juíza de Direito





Poder Judiciário da Paraíba

Vara Única de Mari

Autos de n. 0800814-34.2019.8.15.0611

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Valor da causa: R\$ 13.500,00

DESPACHO

Vistos e etc.

Cuida-se de pedido de concessão de assistência judiciária gratuita formulado pela parte autora, ao argumento de que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira, nem é prova inequívoca, sem contar que é desnecessária ante a possibilidade do próprio advogado afirmar na inicial, desde que tenha poderes para tanto, declarado na procuração.

No entanto, no atual cenário é possível, também a concessão de parcelamento e/ou redução das custas judiciais, a fim de compatibilizar o seu valor com a realidade das partes, desde que comprovada a efetiva hipossuficiência financeira da parte beneficiária em arcar com o pagamento integral, em parcela única (art. 386, §2º, do Provimento CGJ-TJPB n. 49/2019).

Ademais, requer a gratuidade, sem sequer informar o valor das custas, as quais requer a dispensa de pagamento, em outras palavras, o próprio autor não sabe se tem ou não capacidade de pagamento delas. **Informo, inclusive que conforme o Código de Normas Judicial da Corregedoria de Justiça do TJPB "A parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas , ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas"** (art. 386, §3º, do Provimento CGJ-TJPB n. 49/2019).

No caso em apreço, a natureza da lide e a profissão declarada pela parte autora, bem como os valores envolvidos na causa, afastam a presunção relativa da declaração firmada, evidenciando a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício.

Contudo, antes de indeferir o pedido, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.



Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, **INTIME-SE a parte requerente para, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício a guia de custas judicial e documentos capazes de comprovar a hipossuficiência, tais como:** cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, sob pena de indeferimento do pedido.

Tudo, ante a possibilidade de redução ou parcelamento, que podem ser requeridos, nos termos do NCPC.

A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais.

Intime-se.

Após o decurso do prazo assinalado, com ou sem a justificação, retornem os autos conclusos para decisão.

Mari/PB, data e assinatura digitais.

Lessandra Nara Torres Silva
Juíza de Direito



EXMO SR. DR. JUIZ DA VARA ÚNICA DA CIDADE DE MARI – DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA.

Proc.: 0800814-34.2019.8.15.0611

Juntada de Hipossuficiência

Edmar Vicente de Oliveira, já devidamente qualificado nos autos da ação em epigrafe, vem por meio de seu advogado expor e requerer o que se segue:

1- Juntada de comprovantes que impossibilita o pagamento das custas, o mesmo encontra-se desempregado desde 2013.

Pede deferimento,

João Pessoa PB, 03 de Outubro de 2019.

JOSEANE FELICIANO

OAB/PB 13.030





8 - CACÃO CIVIL

Nome *JOSEANE DE MELO FELICIANO*

Loc. Nasc. *Paraná*

Est. *Paraná*

Data *01.11.1977*

Filiação *JOSEANE DE MELO FELICIANO*

JOSEANE DE MELO FELICIANO

Est. Civil *casada* Doc. N° *1.0157*

Fis. *67* Liv. *13* Reg. Civil *13*

Outro doc.

Situação Militar Doc.

N° Orgão Ex

Naturalizado Doc. N° Em

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. N° Exp. em

Estado

Obs

Data Emissão *02.04.2002* DRT *Chazow. fls.*

JOSEANE DE MELO FELICIANO

Assinatura do Funcionário

JOSEANE DE MELO FELICIANO

15 DE FÉRIAS

MINISTÉRIO do TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

ASSINATURA DO PORTADOR

JOSEANE DE MELO FELICIANO

Polígrafo

Polígrafo

Sete

Número *117726*

33 07 2001 CONTRATO DE TRABALHO

CONTRATO DE TRABALHO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE MARI

Juízo do(a) Vara Única de Mari

Rua Cônego Theodomiro de Queiroz, S/N, Centro, MARI - PB - CEP: 58345-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

DESPACHO

Nº do Processo: 0800814-34.2019.8.15.0611

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Renove-se a intimação de ID 24285618, para que o autor junte aos autos a guia de custas, para atendimento ao Código de Normas Judicial da Corregedoria de Justiça do TJPB "A parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas" (art. 386, §3o, do Provimento CGJ-TJPB n. 49/2019).

Ademais, a parte só terá condição de se manifestar sobre a impossibilidade de pagamento se tem ciência do valor cobrado.

Intime-se. Prazo de 15 dias.

Cumpra-se.

MARI-PB, datado e assinado digitalmente.

GUSTAVO CAMACHO MEIRA DE SOUSA
Juiz(a) de Direito Auxiliar





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Mari

PROCESSO Nº 0800814-34.2019.8.15.0611

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO

Fica devidamente intimado do Despacho ID n. 27270123 e ID n. 24285618.

MARI-PB, 28 de janeiro de 2020.

Maria Verônica Costa de França

Servidor

